

**ESTABELECIMENTO DE EDUCANDOS ARTÍFICES DO PIAUÍ:
PRÁTICAS EDUCATIVAS E RELAÇÕES DE PODER (1849-1873)¹**

Robson de Lima Fernandes
Mestre em História (IESRSA)
E-mail: robsoneducador@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho que ora apresento é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão que culminou na dissertação de mestrado intitulada Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí: práticas educativas e relações de poder (1849-1873). Com o objetivo de investigar, pelo viés das práticas educativas – instrução, trabalho, disciplina militar e religiosa, a política de higienização – daquela casa de educação as relações de poder estabelecidas entre os agentes sociais que lá interagiram durante o tempo de sua atuação (1849-1873), principiei a pesquisa aprofundando o contato com algumas fontes colhidas no Arquivo Público do Estado do Piauí e em consultas a sites de pesquisa e bibliotecas digitais, a fim de responder satisfatoriamente ao seguinte questionamento: como foram construídas as relações de poder entre os atores sociais que interagiram no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí? Para tanto, optei por uma forma de abordagem qualitativa que possibilitou explicar o cotidiano da infância pobre da província do Piauí e explicitar as motivações – socioeconômicas, culturais, políticas e ideológicas – por trás da criação daquela instituição, suas práticas educativas e, mormente, as percepções produzidas sobre as relações estabelecidas naquela escola, que por sua vez, permitiram aos educandos resistir e reagir às imposições características do cotidiano escolar. A pesquisa fundamentada em escritos de Michel de Certeau (2014), Michel Foucault (1987), Erving Goffman (2015), José Gonçalves Gondra (2008), entre outros, suscitou questões atuais e de interesse social sobre as quais convém pensar: o papel da educação para a formação do indivíduo, a importância da inclusão social de indivíduos marginalizados no processo de produção do sistema social e o exercício da cidadania; estimulou a reflexão sobre o papel que a escola, enquanto espaço social, desempenha na formação moral e ética dos indivíduos que a frequentam e, para além disso, nos instiga a pensar sobre como em uma dada formação social o trato e a lida com as diferenças de classe e a organização do espaço urbano pode apresentar-se de forma tão variada considerando o momento histórico vivido. Porém, um dos diferenciais deste trabalho reside, justamente, na forma de abordagem e no direcionamento dado à análise do papel e importância daquele estabelecimento de ensino para os planos de desenvolvimento e progresso provincial, bem como, para a História da Educação piauiense no período oitocentista.

¹ Dissertação de Mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Palavras-chave: Educandos Artífices. História do Piauí. Práticas educativas.

1. INTRODUÇÃO E/OU REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Maranhão que culminou na dissertação de mestrado intitulada *Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí: práticas educativas e relações de poder (1849-1873)* cuja proposta consistia em investigar, pelo viés das práticas educativas do dito estabelecimento, a saber, a instrução, trabalho, disciplina militar e religiosa, a política de higienização, as relações de poder estabelecidas entre os agentes sociais que lá interagiram durante o tempo de sua atuação (1849-1873).

Principiei a pesquisa aprofundando o contato com fontes colhidas no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) e em consultas a sites de pesquisa e bibliotecas digitais,² a fim de responder ao seguinte questionamento: como foram construídas as relações de poder entre os atores sociais que interagiram no âmbito da Casa de Educandos Artífices do Piauí? Para tanto, optei por uma forma de abordagem qualitativa que me possibilitou apresentar o cotidiano dos sujeitos da referida pesquisa e explicar as motivações socioeconômicas, culturais, políticas e ideológicas por trás da criação daquela instituição, suas práticas educativas e as percepções produzidas a partir das relações estabelecidas naquela escola, que por sua vez, permitiram aos educandos resistir e reagir às imposições características do cotidiano escolar. Não se tratou de um trabalho inédito, pois o objeto de pesquisa investigado já fora estudado por outros autores, tanto da historiografia piauiense como maranhense, alguns dos quais nos valem para a constituição do referido trabalho.³

O Estabelecimento de Educando Artífices do Piauí foi uma escola de ensino elementar e profissionalizante que existiu na província do Piauí de 1849 a 1873. Idealizado pelo presidente “Zacharias de Góes e Vasconcelos” (1845-1847), foi pensada para ser “um internato para educação artística e intelectual dos meninos pobres”⁴. Sua criação⁵ esteve vinculada ao desejo do governo provincial de criar “[...] uma espécie de cadeia preventiva” que servisse ao propósito

² Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Biblioteca Nacional, Center for Research Libraries, The Internet Archive, etc. Estes e outros sites de pesquisa e bibliotecas digitais utilizados para elaboração desta pesquisa, bem como, todo o acervo consultado, estarão devidamente referenciados no final deste trabalho com os seus respectivos endereços eletrônicos.

³ Alcebíades Costa Filho (2006), Amada de Cássia Campos Reis (2006), Maria do Amparo Borges Ferro (1996), Maria Mafalda Baldoíno de Araújo (1995), Odilon Nunes (1975), Genimar Machado Resende de Carvalho (2013), Maria Alveni de Barros Vieira (2013), César Augusto Castro (2007).

⁴ *História de Therezina por C. F.* In: Diário do Piauí: órgão oficial dos poderes do Estado. Anno I. Therezina, sexta-feira, 16 de junho de 1911, nº 88. Redação e oficinas – Praça Uruguayana nº [17], p. 1.

⁵ Criado mediante a resolução nº 220 de 20 de setembro de 1847, publicada no dia 24 do mesmo mês e ano, a Casa de Educandos Artífices do Piauí foi oficialmente fundada em 1º de dezembro de 1849, na cidade de Oeiras, no governo do então presidente da Província Ancelmo Francisco Perretti.

de retirar das ruas, abrigar e profissionalizar (qualificar para o trabalho) “os meninos andarilhos da cidade de Oeiras” (CASTRO, 2007, p. 82).

Congêneres de um estabelecimento existente no Maranhão⁶ que lhe serviu de modelo, a Casa de Educandos do Piauí manteve com o estabelecimento do Maranhão constante troca de experiência e trânsito de educandos. Sobre esta questão, vale salientar que, no período compreendido entre 1840 e 1864, das “[...] nove casas criadas nas capitais de nove províncias”, incluindo o estabelecimento do Piauí, as Casas fundadas no Pará e no Maranhão, serviram de modelo para suas congêneres [...] em termos do ensino de ofício” (RIZZINI, 2004, p. 169). No caso do estabelecimento do Piauí este fato se evidencia de diversas formas, por exemplo, desde a necessidade de constituição e reformulação do(s) regulamento(s) daquela casa de educação ao aprendizado de ofícios dos educandos como podemos ver a seguir.

De acordo com o relatório de 13 de julho de 1862, o presidente José Fernandes Moreira, “Autorizado pela Resolução Provincial Nº 513 de 2 d’Agosto de 1861” se dispôs a reformar a Casa de Educandos e, para tanto, encarregou ao diretor daquela escola, major João Gonçalves da Silva a elaborar com auxílio do Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho e do major Antonio Joaquim de Lima Almeida juntamente com os senhores, Dr. Aureliano Ferreira de Carvalho e o major Antonio Joaquim de Lima Almeida, um novo regulamento baseado nas leis e regulamentos provinciais e no que de melhor pudessem extrair “[...] do regulamento dos Educandos da Provincia do Maranhão”.⁷

Era também muito comum a prática de envio de aprendizes pertencentes à Casa de Educandos do Piauí ao estabelecimento do Maranhão afim de que aprendessem ofícios dos quais careciam a província do Piauí para o seu desenvolvimento. Em 1866, por exemplo, dois educandos sob a autorização do presidente Franklin Americo de Menezes Doria, foram aprender “a arte typographica, fora do estabelecimento”, isto é, na província do Maranhão. Inclusive, naquela época, “havia um, que estava addido⁸ desde agosto de 1864, ao estabelecimento do Maranhão, se exercitando na funilaria, e que já voltou”.⁹ Em 1870 quando pela falta de “[...] encadernadores, chapelleiros, selleiros e canteiros [...]” na província do Piauí, o presidente Luiz Antonio Vieira da Silva achou conveniente “mandar alguns educandos para

⁶ A Casa de Educandos Artífices do Maranhão foi criada pela lei provincial nº 105 de 23 de Agosto de 1841 na gestão do então presidente João Antonio de Miranda (Cf. MARQUES, 1864, p. 134-136).

⁷ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio de Britto Souza Gayoso passou a administração da Provincia do Piauí ao Excelentíssimo Senhor Presidente Doutor José Fernandes Moreira no dia 13 de julho de 1862. Theresina. Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1862, p. 5b.

⁸ Agregado, incorporado.

⁹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de julho de 1866, pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr., Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos. Rua da Paz, 7. 1866, p. 18.

a província do Maranhão, onde, adidos, pudessem aprender estes officios [...]” e, retornando ao estabelecimento do Piauí, “fundarem nelle estas officinas, e dirigi-las por espaço de três annos”.¹⁰ Lembrando também que “muitos” dos educandos formados no estabelecimento do Piauí foram morar “[...] na província do Maranhão, e [trabalhavam] em diversos officios com perfeição”.¹¹

Reconstituir, em partes, a história da Casa de Educandos Artífices do Piauí contribuiu para a ampliar o espaço de produções historiográficas sobre a área da educação no Piauí e no Maranhão no período oitocentista. Neste sentido, este trabalho possibilita a complementação e aprofundamento de informações suscitadas por outros pesquisadores acerca daquelas instituições (criação, evolução, vida na escola, etc.), a compreensão das relações estabelecidas entre ambas, do processo de desenvolvimento econômico do Piauí oitocentista, etc. Mencionando ainda o fato de que esta pesquisa constitui uma forma de preservação da memória de uma das mais importantes instituições sociais da província do Piauí no período imperial. Portanto, uma proposta socialmente viável por que contribui para a reconstrução de uma importante parcela da história da educação piauiense, pois é fato que aquela instituição representou a primeira referência de um modelo de escola aos moldes de um ensino profissionalizante, pois foi a partir da sua criação “[...] que o ensino profissionalizante se instaurou no Piauí, com interesse circunstancial de amparar órfãos e desvalidos [...]” e, desde então, passou a se desenvolver na província “[...] uma política assistencialista ao tempo em que tentava suprir a demanda do mercado por mão-de-obra especializada para atender as exigências da sociedade da época [...]” (REIS, 2006, p. 128).

A pesquisa suscitou ainda questões atuais e de interesse social sobre as quais convém pensar: o papel da educação para a formação do indivíduo, a importância da inclusão social de indivíduos marginalizados no processo de produção do sistema social e o exercício da cidadania; estimulou a reflexão sobre o papel que a escola, enquanto espaço social, desempenha na formação moral e ética dos indivíduos que a frequentam e, para além disso, nos instiga a pensar sobre como em uma dada formação social o trato e a lida com as diferenças de classe e a organização do espaço urbano pode apresentar-se de forma tão variada considerando o momento histórico vivido. E, sobretudo, um dos diferenciais deste trabalho se encontra na

¹⁰ Relatório com que o Excelentissimo Senhor. Dr. presidente Luiz Antonio Vieira da Silva passou a administração da Província do Piauí ao Excelentissimo Senhor vice-Presidente Dr. José Manoel Espindola Junior no dia 7 de maio de 1870. S. Luiz do Maranhão. Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7. Imp. por M. F. Pires [1870], p. 20-21.

¹¹ Assembléa Provincial. Discurso proferido pelo Sr. Deputado Joze Furtado de Mendonça na sessão de 29 de julho do corrente anno. In: O Piauí: Órgão do partido conservador. Anno VII. Theresina, 26 de agosto de 1873, nº 278. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite – 1873. p. 2. Grifo nosso.

forma de abordagem e no direcionamento que demos à análise do papel e importância daquele estabelecimento para os planos de desenvolvimento e progresso provincial, bem como, para a História da Educação piauiense no período oitocentista. Afinal, como bem se sabe, a maneira como construímos o nosso discurso historiográfico está vinculada às escolhas que fazemos, portanto, passíveis de serem influenciadas pelo lugar, pelas preferências e subjetividade do pesquisador, pois é “[...] em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 65-66).

A fim de alcançar os objetivos da pesquisa empreendida procurei fundamentá-la sobre os escritos de Michel de Certeau cujos conceitos de “práticas ordinárias” (cotidianas), estratégia e tática me ajudou a pensar as maneiras como os sujeitos da pesquisa reagiram às imposições socioculturais representadas no interior da escola pelo seu regime interno, pelas exigências curriculares, pela disciplina e as práticas educativas provenientes das relações estabelecidas entre os educandos e os diretores, professores, mestres das oficinas daquele internato de órfãos desvalidos. Como interpretavam e/ou lidavam com a cultura escolar? Como reagiram às imposições de um sistema comum de significados que a classe dominante nas províncias do império brasileiro, sob a égide do governo central, procurava reproduzir através do que José Gonçalves Gondra (2008, p. 81) denominou de “formas educativas”, a saber, escolas elementares, internatos e asilos, colégios e liceus e até mesmo as faculdades e academias superiores?

Inclusive foi da perspectiva de Gondra¹² que amplie minha noção sobre educação e a escola enquanto instrumento do governo provincial capaz de produzir sujeitos civilizados. Desta perspectiva pude avaliar melhor o impacto da “educação não institucionalizada” sobre a “educação institucionalizada” e a transmissão de saberes e práticas de socialização por parte da geração adulta à nova geração no convívio cotidiano, bem como, a incidência destas práticas sobre as relações estabelecidas no interior daquela casa de educação.

Os estudos de Michel Foucault sobre o poder e o saber foram de grande utilidade na elaboração desta pesquisa no que diz respeito a compreensão das formas de controle exercidas por instituições como a Casa de Educandos. Segundo ele, as instituições sociais moldam mentes e corpos humanos mediante a utilização de mecanismos de controle baseados na ameaça de punição – as chamadas “tecnologias políticas” (FOUCAULT, 1987, p. 27-29). Suas análises

¹² Recomendo a quem queira aprofundar o estudo sobre esta temática a leitura dos livros *Educação, poder e sociedade no império brasileiro* (2008) e *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial* (2004), ambos de José Gonçalves Gondra.

demonstram formas de se exercer o poder a fim de se produzir determinado tipo de sociedade e, desta perspectiva, podemos pensar a Casa de Educandos do Piauí, enquanto instituição social, como instrumento de transformação de condutas e disciplinamento dos corpos dos aprendizes onde a disciplina, principal instrumento de dominação e controle, era utilizada para corrigir e/ou adestrar os comportamentos divergentes, bem como para inculcar-lhes princípios de civilidade.

Erving Goffman (1922-1982) foi outro teórico indispensável à elaboração desta pesquisa, uma vez que, desde o princípio deste estudo, manifestou-se o interesse por se conhecer o mundo social do interno – “foco principal” (GOFFMAN, 2015, p. 11) do seu livro *“Manicômios, prisões e conventos”* (2015). Sua contribuição foi fundamental para a compreensão dos aspectos relacionados às finalidades para as quais foi criada a Casa de Educandos Artífices do Piauí analisados a partir deste trabalho – abrigo e proteção da infância desvalida, qualificação para o trabalho das classes pobres da população, desenvolvimento econômico provincial e o projeto de civilização popular pensado pelas autoridades locais da província do Piauí oitocentista. Sua pesquisa sobre as instituições totais cujas características ou agrupamentos (Ibidem, p. 16-17) de certa forma, correspondem às motivações que levaram o governo provincial a pensar a criação de uma instituição que, ao mesmo tempo, pudesse “cuidar de pessoas incapazes e inofensivas”, neste caso, os órfãos desvalidos admitidos naquela instituição; pessoas que do ponto de vista dos idealizadores daquela casa de educação eram “consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que [eram] também uma ameaça à comunidade”, o que nos remete à função protetora daquele estabelecimento no que diz respeito aos “perigos intencionais” que ameaçavam a vida em sociedade e o bem-estar das pessoas; e, o mais importante de todos estes aspectos que era “a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho”, uma vez que na qualidade de escola profissionalizante a intenção era qualificar para o trabalho as classes pobres da população que do ponto de vista das autoridades locais eram tidos por vadios, mendicantes e ociosos, lembrando também a aversão que boa parte da população piauiense tinha ao trabalho regular: os “homens pobres”, por exemplo, rejeitavam esse tipo de trabalho por acreditarem tratar-se de atividade restrita aos escravos (MONTEIRO, 2016, p. 289).

As teorias, métodos e conceitos utilizados na elaboração deste trabalho¹³ foram pensados à luz da realidade social da província do Piauí oitocentista, o que significa dizer que procurei

¹³ Teorias, métodos e conceitos extraídos dos escritos de Michel de Certeau, “A invenção do cotidiano” (2014); Michel Foucault, “Vigiar e punir” (1987) e “Microfísica do poder” (2016); Erving Goffman, “Manicômios, prisões e conventos” (2015), entre outros.

utiliza-los de forma crítica e discriminada por se tratarem, em sua maioria, de conceitos e métodos eurocêntricos gestados em tempo, contextos e realidades sociais bem distintas, singulares. Afinal, como esclarece Kalina Vanderlei e Marciel Henrique Silva (2009) “[...] um conceito [é] construído com o fim de explicar uma realidade social única, aplicável apenas a determinado momento e lugar específico na história” (SILVA, 2009, p. 15. Grifo nosso), portanto, “[...] devemos ter sempre em mente que os conceitos são construídos para determinado momento e lugar na história, e não podem ser aplicados para outras realidades de forma indiscriminada” (Ibidem, p. 11). Como sabemos, toda pesquisa historiográfica está inserida em um lugar cujas leis e determinações arbitram sobre o que se deve ou não produzir, e os meios pelos quais se operam esta produção afim de que se possa legitimar sua validade e aceitação (Cf. CERTEAU, 1982, p. 65). Daí a necessidade de se rever conceitos e métodos, de se adotar padrões que se adequem melhor à realidade em questão e que proporcionem a elaboração de trabalhos enxutos, isto é, mais claros, definidos, marcados pela coerência e precisão.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

- Investigar, pelo viés das práticas educativas da Casa de Educandos Artífices do Piauí, as relações de poder estabelecidas entre os aprendizes admitidos naquela escola e os agentes sociais com os quais eles interagiram durante o tempo de atuação da mesma (1849-1873).

2.2 Objetivos específicos

- Estudar o cotidiano da infância pobre da província do Piauí oitocentista;
- Reconstituir a história da Casa de Educandos Artífices do Piauí;
- Demonstrar que a Casa de educandos constituiu espaço de poder disciplinar e disciplinador de indivíduos marginalizados;
- Identificar as práticas educativas da Casa de educandos do Piauí;
- Apresentar a(s) principal(is) força(s) organizadora(s) da instrução pública na província do Piauí oitocentista.

3. METODOLOGIA

Ciente de que o contato direto com as fontes nos proporciona uma visão pessoal dos registros que elas contêm e contribuem para que se evite a reprodução constante de pensamentos, conceitos e métodos de análise de outros pesquisadores, criando assim possibilidades inéditas e alternativas de interpretações criativas e inovadoras, procurei pensar a questão problema a partir de cada uma delas. Fiz uso de fontes oficiais (manuscritas, textuais e iconográficas) e hemerográficas, tais como, relatórios dos presidentes da província,¹⁴ correspondências, ofícios e requerimentos, códigos de postura, legislação escolar, fotografias, periódicos e, à medida que a pesquisa foi se expandindo fomos lhe incorporando o que foi necessário a uma análise mais prudente e acurada. Repletas de evidências acerca do objeto e dos sujeitos de pesquisa, a utilização de tais fontes favoreceu a compreensão de determinados conceitos, práticas, costumes, mentalidade e processos vivenciados dentro daquela instituição por indivíduos e grupos que constituíam a sociedade piauiense do século XIX e contribuíram para ampliar o entendimento sobre questões concernentes à ação dos grupos sociais detentores do poder sobre grupos e indivíduos de condições sociais divergentes. Como declara Rizzini “a leitura das fontes permite vislumbrar a dinâmica de mutação das instituições, investigar as modalidades relacionais, os jogos de poder entre os diversos sujeitos e os níveis hierárquicos, que estão envolvidos na sua criação e funcionamento”. (RIZZINI, 2009, p. 12)

Os periódicos – jornais¹⁵ que aparecem em períodos regulares – acessados através da Biblioteca Nacional Digital me ajudou a olhar de forma diferenciada para as informações fornecidas pelos relatórios e manuscritos oficiais acerca das relações estabelecidas entre os sujeitos do processo, uma vez que na qualidade de mediadora social a imprensa funcionava como instrumento de veiculação e materialização de práticas de poder, ações políticas, opiniões e ideologias. Estes periódicos locais permitiram não só o acesso a outros agentes do processo educativo – professores, inspetores, mestres das oficinas, etc. – como também lançaram mais luz sobre questões levantadas na temática abordada nesta pesquisa que, certamente, uma análise isolada da documentação oficial não contemplaria.

Os manuscritos oficiais, em sua maioria, correspondências e ofícios entre os presidentes da província do Piauí e os diretores da Casa de Educandos, os pedidos de admissão e desligamentos encaminhados por pais e responsáveis pelos educandos ao Palácio da província,

¹⁴ Disponíveis no site Center for Research Libraries, da Universidade de Chicago/EUA (Centro de pesquisa Bibliotecária da Universidade de Chicago/EUA). Fundamentais para a compreensão dos planos e metas traçados pelos presidentes à frente do governo da província e de suas reais intenções por trás do poder do discurso oficial de melhorias necessárias ao seu desenvolvimento e progresso.

¹⁵ Só para citar alguns: A imprensa, O Piauí, A Época, O Escolástico, Liga e Progresso. Disponíveis em Hemeroteca Digital: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em jun de 2015.

os códigos das leis piauienses, imagens, etc., adquiridos no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), me permitiu conhecer a rotina diária dos sujeitos envolvidos na dinâmica daquela instituição social e as relações de poder que estabeleceram. Lançando mão destes recursos metodológicos, através de pesquisa documental procurei descrever determinados costumes, comportamentos e diferenças relacionados à temática em questão, pois como é do conhecimento de alguns, a utilização desses tipos de “[...] documentos retratam as ações cotidianas dos educandos, mestres, professores e funcionários da instituição estudada. Deixam entrever, também, as agruras e dilemas dos meninos [...]”. (CASTRO, 2006, p. 13)

Quanto à escolha das fontes, considerei a natureza, quantidade, pertinência e relevância de cada uma delas para a pesquisa. Objetivando obter uma visão mais clara e ampla da realidade na qual se constitui o objeto de estudo, privilegiei o cruzamento de todas as informações contidas nas fontes disponíveis no intuito de “[...] questionar as condições de produção de cada documento ou obra bibliográfica que utilizamos, procurando compreender os sentidos e as ideologias que ele pretende transmitir” (FALCI, 1991, p. 10). Afinal, assim como os referenciais teóricos, a utilização das fontes selecionadas para a pesquisa que elaborei mereceu um trato e atenção especial, uma vez que “o uso das fontes também tem uma história [...]” motivada pelos “[...] interesses dos historiadores [...]”, portanto, variáveis de acordo com o “[...] tempo e o “espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais” (JANOTTI, 2008, p. 10). O que estou dizendo é que as fontes também passam por um processo histórico de produção cujas circunstâncias, interesses e a subjetividade do próprio historiador e/ou daqueles que as produzem afetam diretamente o significado e o sentido de termos e conceitos dos quais nos valem na pesquisa. Desta forma, “[...] um dos pontos cruciais do uso de fontes reside na necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época, e isso diz respeito, também, ao significado das palavras e das expressões.¹⁶ Neste sentido, “[...] boa dose de desconfiança é o princípio básico a nos orientar nesses momentos, além de uma leitura muito atenta dos autores que já trabalham na mesma linha de pesquisa (BARCELLAR, 2008, p. 63).

Finalmente saliento que a importância de repensar teorias, métodos de análises e conceitos dos quais nos apropriamos para a elaboração de trabalhos desta natureza constituem “[...] apenas ferramentas para tratar de entender melhor o mundo em que vivemos e ajudar os

¹⁶ Neste caso, o uso do Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Ouro Preto, na Typographia de Silva, 1832 e o Novo Dicionário da língua portuguesa por Eduardo de Farias, 1850/1851 foram de grande utilidade, enquanto ferramentas didáticas de aprendizagem, para a compreensão do significado de alguns termos da época utilizados nesta pesquisa.

outros a entende-lo, a fim de contribuir para melhorá-lo, o que faz falta” (FONTANA, 1998, p. 37-38), afinal, a história se constitui numa “[...] operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito”. Desta perspectiva, sua função não é “[...] glorificar o passado, pois o que ela realiza, na maioria das vezes, é a deslegitimação de algo construído pela memória, e que muitas vezes permanece escrito, registrado, mantido no presente” (MOTTA, 2012, p. 26).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos através do referido estudo sugere que as relações de poder estabelecidas entre os indivíduos que frequentaram a Casa de Educandos Artífices do Piauí foram constituídas por práticas cotidianas pelas quais os educandos de acordo com as suas condições, possibilidades e criatividade produziram as suas próprias “maneiras de fazer” (fugas, evasões, recusa para o trabalho, abaixo assinado, atos de insubordinação e rebeldia, etc.) no intuito de se desvencilharem das redes de vigilância elaboradas pela escola. Uma vez caracterizada pelo rigor do exercício do poder, da disciplina e da hierarquização, tais relações se tornaram arbitrárias como demonstram as determinações do regulamento interno da escola, as relações estabelecidas no interior daquele internato, sua organização espacial, a arbitrariedade dos discursos civilizatórios, as estratégias utilizadas pela escola para manter o controle e disciplina sobre os internos e as suas formas de resistência.

Constatou-se também que o cotidiano dos educandos no interior daquela instituição social foi marcado por relações de poder, em sua maioria, pautadas pelo espírito de confrontação onde muitos internos e outros agentes sociais com os quais eles interagiram se opuseram a muitas das imposições próprias daquela casa de educação. Naquele espaço de poder e saber, as experiências vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa realizada se deram de maneira diferenciada conforme o lugar e a trajetória de vida de cada um deles: alguns se adaptaram sem maiores dificuldades às exigências daquela escola, outros oferecendo grande resistência, buscaram ressignificá-lo segundo suas aspirações; porém, muitos dos internos irrompiam, constantemente, em significativas disputas, conflitos e oposições, o que procuramos esclarecer na última seção do trabalho elaborado ao apresentar as práticas educativas daquele internato de órfãos desvalidos. Inclusive, acerca desta questão, vislumbramos a importância da militarização e catequização da infância, da educação, instrução, trabalho e política de higienização para os planos de desenvolvimento local e de como as mesmas favoreceram o alcance do objetivo de

civilizar as camadas pobres da população e, desta forma, determinar o seu lugar e função na organização e manutenção da sociedade piauiense oitocentista.

Neste sentido, a fundação da Casa de Educandos Artífices do Piauí foi motivada pelo fator econômico em virtude do estado de pobreza na província do Piauí (isolamento geográfico, agricultura de subsistência, relações sociais arbitrárias, escassez de trabalho, moeda, etc.). Assim sendo, o governo provincial, a partir da administração do Dr. Zacarias de Góes e Vasconcelos (1845-1847), buscou alternativas que corroborassem para o desenvolvimento e progresso provincial e, entre elas, podemos apontar com plena convicção, a criação do dito estabelecimento. Por meio daquela instituição se pretendia qualificar para o trabalho crianças provenientes das camadas pobres da sociedade considerados, do ponto de vista oficial, um perigo em potencial para a convivência social, daí também o desejo de que de que pela admissão daqueles indivíduos na dita escola, se pudesse afastar da sociedade empecilhos à ideia de civilização, tais como, a ignorância, o ócio, os vícios e os crimes, pelos quais, se responsabilizava a maior parte da população piauiense, a saber, os pobres desvalidos.

Procurando traçar um novo perfil das crianças que frequentaram a Casa de Educandos, tarefa que representa um verdadeiro “[...] desafio que poucos pesquisadores conseguem vencer [...]” (RIZZINI, 2004, p. 183), foi possível constatar com base nas fontes analisadas que, em sua maioria, os internos provinham das classes pobres da sociedade, órfãos “desvalidos da sorte”, filhos de pais pobres que não podiam custear a educação de seus filhos. Contudo identifiquei alguns casos específicos que atestam que a escola também foi frequentada por indivíduos que representaram uma exceção aos padrões de admissão determinados pelo regulamento da Casa de Educandos. É o caso do índio Belisario que a pedido do presidente da província foi admitido no Estabelecimento em 1854; da escrava Victorina e seus 3 (três) filhos que foram abrigados por mais de um ano naquela instituição; do educando Culquesio [?] Fernando de Noronha, parente e protegido do contador da Fazenda provincial, Antonio Fernando de Noronha¹⁷ e do “[...] pretinho escravo discípulo de sapateiro [...]” que segundo o jornal *A Imprensa*, “por ordem do vice-diretor” do Estabelecimento, mandou “castigar com

¹⁷ Relatório do Inspector da administração da Fazenda Provincial Odorico Brasilino D’Albuquerque Rosa. In: p. 1-2. Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande n. 21 [?]. – 1869.

palmatoria” ao educando Manoel Alves da Cruz no dia 24 de maio de 1869.¹⁸ Só para citar alguns exemplos.

5. CONCLUSÃO

Este projeto de pesquisa que culminou na dissertação de mestrado defendida no dia 04/05/2018 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) teve como objetivo central o estudo das relações de poder estabelecidas entre os internos admitidos na Casa de educandos Artífices do Piauí e os agentes sociais (diretores, professores, mestres das oficinas, Agentes) com os quais eles interagiram naquela instituição no período compreendido entre 1849 a 1873. Na tentativa de mostrar como estas relações foram constituídas, busquei ao longo deste trabalho mostrar como o Governo provincial, na qualidade de principal força organizadora da instrução pública, articulou a criação daquela instituição social em conexão com seus planos de civilização regional. Demonstrei que aquela escola constituiu espaço de poder disciplinar e discipulador de indivíduos marginalizados pela elite local, os quais desejavam afasta-los do convívio social para que fossem educados e ressocializados por meio de práticas educativas identificadas também como “as maneiras de fazer” da escola, isto é, estratégias capazes de auxiliarem na regeneração social dos indivíduos admitidos naquela instituição.

Inicialmente, busquei reconstituir a história da Casa de Educandos Artífices do Piauí, partindo da análise do cotidiano da infância pobre da província com o propósito de compreender a relação entre os modos de vida, as formas de educação, os valores culturais, etc., das crianças pertencentes às camadas desfavorecidas da população e a emergência da implantação de um projeto civilizatório que buscando contemplar uma série de questão de ordem cultural, social, econômica e política, corroborasse com os planos de organização de uma sociedade pensada conforme os padrões determinados pela elite local.

A partir do exame das práticas educativas e das formas de inserção social da criança provinciana pontuei que, na tentativa de organização da sociedade para implantação do dito projeto civilizatório, foi necessário montar toda uma estrutura pela qual se pudesse romper com os maiores entraves ao desenvolvimento local. A criação de estabelecimentos de ensino como a Casa de Educandos – internato que abrigou órfãos desvalidos com a finalidade de os habilitar para a vida em sociedade por meio de práticas educativas, tais como, a educação e o trabalho –

¹⁸ *Casa de Educandos*. In: A imprensa: órgão do partido liberal. Anno IV. Theresina, Sabbado 3 de junho de 1869, nº 202. Theresina. – Typ. da Imprensa – Impresso por Antonio Joaquim do Amaral Sobreira, rua Barroso n. – 1869, p. 2 e 3.

concorreu de forma significativa para a estruturação da sociedade piauiense oitocentista, uma vez que na qualidade de instrumento do governo provincial, aquela instituição concorreu para regeneração do ser social dos internos. Regeneração esta que incluía não apenas a recolocação social daqueles indivíduos através do estabelecimento de novas regras, valores e normas, como também a sua exclusão, ainda que por tempo determinado, caso não se adequassem aos novos padrões de civilidade.

Portanto, na qualidade de “[...] asylo destinado na provincia a educação da infância [...]”, durante o seu período de atuação (1849-1873), o Estabelecimento de Educandos Artífices do Piauí foi utilizado pelo governo provincial para educar e qualificar para o trabalho as crianças provenientes das camadas mais pobres da população piauiense e, para além de um estabelecimento de abrigo e proteção à infância pobre da província, a ideia se constituiu num meio eficiente – pelo menos do ponto de vista oficial – pelo qual o governo promoveu o desenvolvimento econômico do Piauí e procurou consolidar um projeto de civilização regional que pretendia a regeneração sociocultural das classes menos favorecidas da população. Tarefa para qual concorreram as práticas educativas articuladas no interior daquela instituição, sem as quais, a transmissão dos saberes necessários à forma de socialização pensada pela elite política da época para os indivíduos admitidos naquela escola não teria se tornado possível.

Por fim, como a pesquisa nunca se esgota, a partir do estudo realizado sobre a história da Casa de Educandos Artífices do Piauí aponto como possibilidades reais de pesquisas futuras o estudo sobre alguns manuais didáticos¹⁹ utilizados na elaboração da narrativa sobre a história da Casa de Educandos e a construção do saber nas escolas do Piauí oitocentista (instrução, ordem e civilização). A construção de uma narrativa sobre a História dos batismos da infância pobre no Piauí oitocentista com ênfase nas relações de compadrio e religiosidade também desponta como outra alternativa possível de ser verificada e, entre muitas outras possibilidades, a escrita de uma história sobre a assistência à infância pobre no Piauí oitocentista, projeto este que já comecei a empreender e pelo qual pretendo reconstituir, em partes, a história das primeiras iniciativas e/ou instituições de cuidado e educação infantil que surgiram na província do Piauí durante o século XIX voltadas para o auxílio das crianças provenientes das camadas pobres da população.

¹⁹ Manuais tais como os escritos por Emilio Archilles Monteverde, a saber, o *Manual Encyclopedico para uso das escolas d'instrucção primaria* (Lisboa, 1865) e o *Mimo á infancia ou manual de historia sagrada para uso das crianças que frequentão as aulas , tanto em Portugal como no Brasil* (Lisboa, 1859), por exemplo.

6. REFERÊNCIAS

6.1. Fontes:

6.1.1 Relatórios

- Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio de Britto Souza Gayoso passou a administração da Província do Piauí ao Excelentíssimo Senhor Presidente Doutor José Fernandes Moreira no dia 13 de julho de 1862. Theresina. Typographia – Conservadora – Impresso por Manoel Victorianno Marques. 1862.
- Relatório apresentado á Assembleia Legislativa do Piauí no dia 9 de julho de 1866, pelo Presidente da Província, o Exm. Sr., Dr. Franklin Americo de Menezes Doria. San’Luiz: Typ. de B. de Mattos. Rua da Paz, 7. 1866.
- Relatório do Inspector da administração da Fazenda Provincial Odorico Brasilino D’Albuquerque Rosa. In: p. 1-2. Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente Dr. Augusto Olimpio Gomes de Castro passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Vice-presidente Dr. Simplicio de Sousa Mendes no dia 3 de Abril de 1869. Maranhão: Typographia de José Mathias, Rua Grande n. 21 [?]. – 1869.
- Relatório com que o Excelentíssimo Senhor. Dr. presidente Luiz Antonio Vieira da Silva passou a administração da Província do Piauí ao Excelentíssimo Senhor vice-Presidente Dr. José Manoel Espindola Junior no dia 7 de maio de 1870. S. Luiz do Maranhão. Typ. de B. de Mattos, rua da Paz, 5 e 7. Imp. por M. F. Pires [1870].

6.1.2 Jornais

- *Assembléa Provincial. Discurso proferido pelo Sr. Deputado Joze Furtado de Mendonça na sessão de 29 de julho do corrente anno.* In: O Piauí: Órgão do partido conservador. Anno VII. Theresina, 26 de agosto de 1873, nº 278. Typ. Constitucional – Impresso por Domingos da Silva Leite – 1873.
- *Casa de Educandos.* In: A imprensa: órgão do partido liberal. Anno IV. Theresina, Sabbado 3 de junho de 1869, nº 202. Theresina. – Typ. da Imprensa – Impresso por Antonio Joaquim do Amaral Sobreira, rua Barroso n. – 1869.
- *História de Therezina por C. F.* In: Diário do Piauí: órgão official dos poderes do Estado. Anno I. Therezina, sexta-feira, 16 de junho de 1911, nº 88. Redação e officinas – Praça Uruguayana nº [17].

6.1.3 Dicionários

- Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Ouro Preto, na Typographia de Silva, 1832 e o Novo dicionario da lingua portugueza por Educardo de Farias, 1850/1851.
- Marques, Cesar Augusto. Apontamentos para o dicionario historico, geographico, topographico e estatistico da provincia do Maranhão, 1864.

6.2 Bibliografia

BARCELLAR, Carlos. *Fontes documentais: o uso e o mal uso dos arquivos.* In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas.* – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

CASTRO, César Augusto. *A educação profissional de crianças no Brasil império*. 2006. 296f. (Pós-doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo.

_____. *Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa de Educandos Artífices (1841-1889)*. – São Luís: EdFUNC, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FALCI, Miridan Britto Knox. *A criança na província do Piauí*. – Teresina: Academia Piauiense de Letras, CDHAL, 1991.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da história*. Tradução de Antônio Penalves Rocha. – Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998, p. 37-38.

FOUCAULT, Michel. *Vigia e Punir: o nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes: 1987.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. [tradução Dante Moreira Leite]. – São Paulo: Perspectiva, 2015.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *O livro fontes históricas como fonte*. In: PINSK, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. – 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. – São Paulo: Cortez. 2006, p. 17. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1Cd9oH5xwRWRG5NdmZ2ck5JM3M/view>>. Acesso: agosto de 2017.

MOTA, Márcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 26.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. “[...] *Cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). 2016. 361f. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife.

REIS, Amada de Cássia Campos. *História e memória da educação em Oiras-Piauí*. 2006. 285f. (Mestrado em educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.

RIZZINI, Ima. *A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX*. In: Revista contemporânea de Educação, v. 4, n. 7, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufjf.br/index.php/rce/article/view/1571>>. Acesso em setembro de 2017.

_____. *O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial*. 2004. 430f. (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceito históricos*. 2. ed., 2 reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.